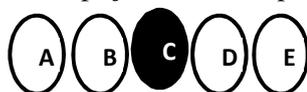


**CARGO**  
**TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

**ATENÇÃO! INSTRUÇÕES PARA A PROVA**

1. **Você receberá do fiscal:** um **CADERNO DE QUESTÕES** e um **CARTÃO DE RESPOSTAS** personalizado.
2. Confira, abaixo, seu nome, inscrição, cargo que você se escreveu, TIPO DE PROVA com número igual ao **CADERNO DE QUESTÕES** e **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
3. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o Fiscal.
4. Este Caderno de Provas contém **40(quarenta)** questões numeradas sequencialmente de **1 a 40**.
5. Leia atentamente cada questão e assinale, no **CARTÃO DE RESPOSTAS**, a alternativa que mais adequadamente a responde.
6. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
7. Após concluir a prova, o candidato deverá entregar o caderno de provas e o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado.
8. **Observe as seguintes recomendações relativas ao CARTÃO DE RESPOSTAS:**
9. O **CARTÃO DE RESPOSTAS** não deve ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
10. A maneira correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO DE RESPOSTAS** é cobrir fortemente, com caneta esferográfica **preta** ou **azul**, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



11. A leitora óptica **NÃO** registrará questões sem marcação, marcação pouco nítida ou com mais de uma alternativa assinalada.
12. **Você dispõe de 03(três) horas para fazer esta prova e marcar o CARTÃO DE RESPOSTAS.**
13. Nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **01(uma)** hora do seu início.
14. Não será permitida a utilização de aparelho celular, qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
15. Os dois últimos candidatos da mesma sala só poderão ser liberados juntos.
16. A **Folha Resposta** abaixo não tem caráter legal, objetiva apenas a conferência do Gabarito do Candidato.



**FOLHA RESPOSTA PARA CONFERÊNCIA DO CANDIDATO**

| NOME: |    |    |    |    |    |    |    |    |    | CARGO: |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|-------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|--------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1     | 2  | 3  | 4  | 5  | 6  | 7  | 8  | 9  | 10 | 11     | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |        |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 21    | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31     | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
|       |    |    |    |    |    |    |    |    |    |        |    |    |    |    |    |    |    |    |    |



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**  
**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023**

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto para responder às questões de 1 a 10.

**Lei estadual garante suspensão de contrato de fidelização por má prestação de serviço**

O Procon de João Pessoa divulgou, neste sábado (9), o alerta de que a Lei Estadual 11.879/2021 garante ao consumidor paraibano a inclusão de cláusulas liberando a fidelização contratual junto às empresas de telefonia em suas várias modalidades (fixa, móvel e de banda larga), sem nenhum ônus ao cliente, caso fique constatada a má qualidade do serviço nos contratos de adesão a esses serviços.

O assunto costuma gerar dúvidas entre os clientes, conforme aponta o secretário de Proteção e Defesa do Consumidor, Rougger Guerra. Segundo ele, o Procon-JP é acionado com frequência para tratar da execução da lei.

“A lei prevê que o cliente pode questionar o contrato de fidelização caso haja a constatação da má prestação de serviço por parte da empresa concessionária, inclusive com a liberação da fidelização”, crava.

De acordo com a legislação, o atendimento insatisfatório ficará caracterizado quando houver o expresse descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais ou de regras estabelecidas pela agência reguladora competente, no caso a Anatel, para esse tipo de serviço. A lei diz, textualmente, que a empresa deverá incluir cláusula de rescisão contratual, sem ônus, por má qualidade do serviço, independente dos prazos de fidelização’.

A Lei também prevê que caberá às prestadoras de serviços o ônus da prova pelo não descumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato ou pela não frustração das legítimas expectativas do contratante quanto à qualidade de prestação do serviço.

Rougger Guerra explica que, apesar da legislação federal considerar que a fidelização por desistência por parte do consumidor é legal e que pode até gerar multa para o cliente caso esteja previsto no contrato, a legislação estadual de 2021 regula que, se houver a constatação de má prestação do serviço, o cliente pode requerer o fim do contrato sem arcar com nenhum ônus.

A legislação estadual também regula as penalidades para a empresa que descumprir o contrato junto ao cliente, indicando o que está previsto na lei 8.078/1999 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), pode ir de multas à suspensão temporária dos serviços.

<https://portalcorreio.com.br>. Em 09/09/2023.

1. Sobre o gênero textual, podemos afirmar que é um texto  
A. Opinitivo.  
B. Produzido com linguagem clara e objetiva.  
C. Construído essencialmente com linguagem subjetiva.  
D. Construído especialmente com abordagem de assuntos pessoais.  
E. Essencialmente argumentativo sobre o Código de Defesa do Consumidor.

2. De acordo com os estudos sobre gênero textual, podemos afirmar que <https://portalcorreio.com.br> é denominado de

- A. Suporte.
- B. Estilo.
- C. Tema.
- D. Forma composicional.
- E. Contexto.

3. Em: “Rougger Guerra explica que, **apesar da** legislação federal considerar que a fidelização por desistência por parte do consumidor é legal e que pode até gerar multa para o cliente **caso** esteja previsto no contrato...”

As palavras em destaque expressam, respectivamente, as ideias de:

- A. Condição, adição, explicação.
- B. Explicação, adversidade, concessão.
- C. Causa, alternância, consequência.
- D. Concessão, adição, condição.
- E. Concessão, causa, consequência.

4. “... o contrato de fidelização caso **haja** a constatação da má prestação de serviço por parte da empresa concessionária...”

Sobre o verbo **haja**, analise as assertivas a seguir e coloque (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO.

- ( ) É um verbo impessoal.  
( ) É um verbo regular.

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

- ( ) Pode ser substituído por “existir” sem alterar o sentido do texto.
- ( ) Está conjugado na 3ª pessoa do singular.
- ( ) Indica tempo já decorrido e está flexionado no subjuntivo, modo verbal que expressa certeza.

A sequência CORRETA é:

- A. F, V, F, V, F.  
B. F, V, F, F, V.  
C. V, F, V, F, V.  
D. V, V, F, V, F.  
E. V, F, V, V, F.

5. “Lei estadual garante suspensão de contrato de fidelização por má prestação de serviço”

Sobre o título do texto, assinale a alternativa CORRETA.

- A. É um período composto por duas orações coordenadas.  
B. É um período composto por duas orações subordinadas.  
C. É uma oração absoluta.  
D. É um período composto por orações sindéticas.  
E. É um período misto, formado por coordenação e subordinação.

6. “A Lei também **prevê** que **caberá às prestadoras de serviços o ônus da prova** pelo não cumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato ...”

Analise as assertivas a seguir e coloque (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO.

- ( ) “prevê” e “caberá” são verbos conjugados em um tempo pretérito, uma vez que as ações já foram concluídas.
- ( ) Quanto à regência, “prevê” e “caberá” são verbos intransitivos.
- ( ) Quanto à regência, “prevê” é verbo transitivo direto.
- ( ) “às prestadora de serviços” é objeto indireto.
- ( ) “o ônus da prova” é objeto direto.

A sequência CORRETA é:

- A. V, V, F, F, V.  
B. F, F, V, V, V.  
C. V, F, V, V, F.  
D. F, V, F, F, V.  
E. F, F, F, V, F.

7. “Segundo **ele**, o Procon-JP é acionado com frequência para tratar da execução da lei. ”

O pronome “**ele**” é empregado como mecanismo linguístico de coesão textual denominado de:

- A. Sinonímia.  
B. Intertextualidade.  
C. Catáfora.  
D. Anáfora.  
E. Informatividade.

8. “O Procon de João Pessoa divulgou, neste sábado (9), o alerta de que a Lei Estadual 11.879/2021 garante ao consumidor paraibano a inclusão de cláusulas ...”

Sobre o emprego das vírgulas no trecho, assinale a alternativa ADEQUADA.

- A. Separam aposto no meio da oração.  
B. Separam termos de uma enumeração com idêntica função sintática.  
C. Marcam a intercalação de um adjunto adverbial.  
D. Isolam palavras conclusivas.  
E. Isolam uma oração intercalada.

9. “A lei prevê que o cliente pode questionar o contrato de fidelização caso haja a constatação da má prestação de serviço por parte da empresa concessionária, inclusive com a liberação da fidelização”, crava.

Sobre sujeito da oração, assinale a alternativa CORRETA.

- A. Sujeito de “crava” é desinencial.  
B. Sujeito de “prevê” é indeterminado.  
C. Sujeito de “pode questionar” é composto.  
D. Sujeito de “haja” é composto  
E. Sujeito de “crava” é inexistente.

10. “A lei diz, textualmente, que a empresa deverá incluir cláusula de rescisão contratual, sem ônus, por má qualidade do serviço, independente dos prazos de fidelização. ”

Considerando o fragmento, analise as assertivas a seguir:

- ( ) “textualmente” pode ser substituído por “metaforicamente”, pois não modifica o sentido do texto.
- ( ) “má” pode ser substituído por “mal”, pois não compromete a norma gramatical.
- ( ) “ônus” é acentuado e justificado pela mesma regra de “ônibus”.
- ( ) “cláusula” têm o mesmo significado de “revogação”.

A sequência CORRETA é:

- A. V, V, F, F.  
B. V, F, V, F.  
C. F, V, F, V.

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

- D. F, F, V, V.  
E. F, F, F, F.

### CONHECIMENTOS GERAIS

11.O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados.

<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

No Brasil, em 2020, os 05(cinco) estados RESPECTIVAMENTE, detentores de maior PIB, são:

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Bahia.  
B. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraná.  
C. São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul.  
D. São Paulo, Pará, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul.  
E. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul.

12.Sobre a história de João Pessoa, analise o texto, complete RESPECTIVAMENTE a lacuna e assinale a alternativa correta:

*Toda a região do \_\_\_\_\_ (primeiro nome dado ao Paraíba) era habitada por índios, estes influenciados pelos traficantes franceses de pau-brasil, interessados em conservá-los hostis a exploradores de outras nacionalidades. Assim é que, em 1574, foram os índios levados a tomar parte no ataque ao engenho de Diogo Dias, em terras da Capitania de Itamaracá no qual se verificou grande morticínio de brancos.*

*Em março de 1585, chegava à Paraíba Martim Leitão, Ouvidor Geral da Bahia, chefiando uma expedição que deveria restaurar os fortins da barra e desalojar os franceses de diversas posições.*

*Em 2 de agosto do mesmo ano, nova tentativa, chefiada pelo Capitão João Tavares, que se aproveitou das desinteligências surgidas entre as duas tribos que habitavam as margens do Paraíba e rios próximos, conseguindo insinuar-se entre os Tabajaras e firmar um pacto de amizade com o seu morubixaba o índio Piragibe. O acordo verificou-se no dia \_\_\_\_\_, numa colina à direita do Rio \_\_\_\_\_.*

*pequeno afluente do Paraíba. É nesse local que hoje se situa a cidade de João Pessoa.*

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/historico>

- A. São Bernardo, 05 de agosto, Rio Sanhauá.  
B. São Domingos, 05 de agosto, Rio Sanhauá.  
C. São Sebastião, 02 de agosto, Rio Cuiá.  
D. São Domingos, 05 de agosto, Rio Jaguaribe.  
E. São Bernardo, 02 de agosto, Rio Cabedelo.

13.Pilões é um município brasileiro no estado da Paraíba localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano, microrregião do Brejo Paraibano, unidade geoambiental do Planalto da Borborema. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2022 sua população foi de:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/piloes/panorama>

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. 6.825 habitantes.  
B. 6.978 habitantes.  
C. 6.815 habitantes.  
D. 6.667 habitantes.  
E. 6.915 habitantes.

14.O poeta cordelista mais procurado pelos leitores do Portal Domínio Público do Governo Federal. é considerado pai da literatura de cordel no país, tem no portal 18 obras que somam 44.232 acessos, o campeão entre os seis autores com textos disponíveis na página. É a obra campeã “ *A Filha do Pescador*”, com 8.077 acessos.

<http://portal.mec.gov.br/proinfantil/apresentacao?task=view&id=9899&interna=#:-:text=Leandro%20Gomes%20de%20Barros%2C%20considerado.com%20textos%20dispon%C3%ADveis%20na%20p%C3%A1gina>

O Pai da Literatura de Cordel é:

- A. Leandro Gomes de Barro – (Pombal – PB).  
B. João Martins de Athayde – (Ingá – PB).  
C. Patativa do Assaré – (Assaré – CE).  
D. Zé da Luz – (Picos – PI).  
E. Mestre Azulão – (Sapé – PB).

15.O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (27), o projeto que regulamenta os direitos originários indígenas sobre suas terras (PL 2.903/2023). Foram 43 votos a favor e 21 contrários. Do ex-deputado Homero Pereira (1955-2013) e relatado pelo senador Marcos Rogério (PL-RO), o projeto segue agora para a sanção da Presidência da República. A matéria foi aprovada nessa manhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e enviada ao Plenário — onde foi aprovado um requerimento para a tramitação em regime de urgência.

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

Fonte: Agência Senado 27/09/2023, 20h10

O Marco temporal para demarcação de terras indígenas, estabelece:

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. Que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou já disputavam em 16 de julho de 1934 de 1988, data de promulgação da Constituição.
- B. Que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou já disputavam em 10 de novembro de 1937, data de promulgação da Constituição.
- C. Que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou já disputavam em 18 de setembro de 1946, data de promulgação da Constituição.
- D. Que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou já disputavam em 24 de janeiro de 1967, data de promulgação da Constituição.
- E. Que povos indígenas têm direito apenas às terras que já ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

16. São Órgãos do Poder Judiciário, entre outros:

- I. Supremo Tribunal Federal.
- II. Superior Tribunal de Justiça.
- III. Tribunal Superior do Trabalho.
- IV. Os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- V. Os Tribunais e Juízes Militares.
- VI. Os Tribunais de Contas.

Estão CORRETOS:

- A. II, III, IV, V, apenas.
- B. I, II, III, V, VI, apenas.
- C. I, II, III, IV, VI, apenas.
- D. I, II, III, IV, V, apenas.
- E. I, II, III, IV, V, VI.

17. Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, onde é possível tomar banho de mar ou mergulha para ver os corais ou ainda observar os bancos de areia vermelha, está localizado em:

- A. Cabedelo.
- B. Lucena.
- C. Pitimbu.
- D. Rio Tinto.
- E. Conde.

18. O Brasil possui o maior programa público de transplante de órgãos, tecidos e células do mundo, que é garantido a toda a população por meio do SUS, responsável pelo

financiamento de cerca de 88% dos transplantes no país. Apesar do grande volume de procedimentos de transplantes realizados, a quantidade de pessoas em lista de espera para receber um órgão ainda é grande.

[https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/areas\\_tematicas/faq\\_transplantes.php](https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/areas_tematicas/faq_transplantes.php)

São órgãos doados em vida:

- I. Rim.
- II. Medula óssea.
- III. Pele e ossos
- IV. Parte do Fígado.

Estão CORRETOS:

- A. I, II, III, apenas.
- B. II, III, IV, apenas.
- C. I, II, IV, apenas.
- D. I, IV, apenas.
- E. I, II, III, IV.

19. O número de feminicídios na Paraíba, no compilado de janeiro a julho de 2023, já supera o número de homicídios de mulheres (quando não há relação direta com gênero). Os dados do Núcleo de Análise Criminal e Estatística do Governo do Estado, solicitados pelo g1 via Lei de Acesso à Informação, mostram que foram registrados na Paraíba, de janeiro a julho deste ano, O mês mais violento para as mulheres foi janeiro. De janeiro a julho de 2023 foram:

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/08/20/numero-de-femicidios-na-paraiba-ultrapassa-o-de-homicidios-de-mulheres.ghtml>

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. 10 mulheres foram vítimas de feminicídio, 15 de homicídio e uma vítima de latrocínio, totalizando 25 assassinatos de mulheres nos sete primeiros meses do ano.
- B. 18 mulheres foram vítimas de feminicídio, 15 de homicídio e uma vítima de latrocínio, totalizando 34 assassinatos de mulheres nos sete primeiros meses do ano.
- C. 12 mulheres foram vítimas de feminicídio, 12 de homicídio e uma vítima de latrocínio, totalizando 24 assassinatos de mulheres nos sete primeiros meses do ano.
- D. 20 mulheres foram vítimas de feminicídio, 16 de homicídio e uma vítima de latrocínio, totalizando 31 assassinatos de mulheres nos sete primeiros meses do ano.
- E. 18 mulheres foram vítimas de feminicídio, 10 de homicídio e uma vítima de latrocínio, totalizando 28 assassinatos de mulheres nos sete primeiros meses do ano.

20. A Paraíba é o segundo maior produtor de abacaxi do Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A fruta é cultivada em uma área de 10.912 hectares, em municípios do Litoral,

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

Zona da Mata e Agreste do Estado. Em primeiro lugar está o estado do(a):

- A. Pará.
- B. Minas Gerais.
- C. Rio Grande do Sul.
- D. Bahia.
- E. Espírito Santo.

<https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/tecnologias-de-convivencias-com-as-secas/paraiba-e-o-segundo-maior-produtor-de-abacaxi-do-brasil-diz-ibge-1>

## INFORMÁTICA

21. Quando se trata da arquitetura de um processador, qual dos seguintes elementos é responsável por buscar instruções da memória principal, interpretá-las, e gerar sinais de controle para outras partes da CPU:

- A. Unidade de Controle.
- B. Memória RAM.
- C. Cache de Controle Nível 3.
- D. Registradores de Propósito Geral.
- E. Unidade Aritmética e Lógica.

22. A funcionalidade de controle de revisões no Microsoft Word desempenha um papel essencial na melhoria da qualidade e na eficiência da colaboração no ambiente de trabalho moderno. O controle de revisões permite registrar todas as alterações feitas em um documento, juntamente com a identificação do revisor, e além disso as alterações feitas em um documento são destacadas e podem ser aceitas ou rejeitadas individualmente.

Analise o texto abaixo sobre a ativação do controle de revisões no Microsoft Word.

“Para ativar o controle de alterações, na guia \_\_\_\_\_, no grupo \_\_\_\_\_, clique em Controlar Alterações.”

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- A. “Revisão”, “Controle”
- B. “Revisão”, “Alterações”
- C. “Revisão”, “Rastreamento”
- D. “Página Inicial”, “Controle”
- E. “Página Inicial”, “Alterações”

23. Sobre o navegador Firefox, analise as seguintes afirmações:

- I. O "Firefox Sync" é um recurso que permite aos usuários sincronizar seus favoritos, histórico, senhas e guias em vários dispositivos, facilitando o acesso a dados de navegação em diferentes plataformas.

- II. Através da funcionalidade “Senha Principal”, o Firefox pode salvar nomes de usuário e senhas que você usa para acessar serviços online, como sites de e-mail e bancos.
- III. O Firefox é um navegador que tem código-fonte fechado, e é mantido pela empresa Mozilla.

Estão CORRETAS apenas as afirmações:

- A. I.
- B. I e II.
- C. II e III.
- D. I e III.
- E. III.

24. Malwares são ameaças cibernéticas que têm como objetivo prejudicar sistemas, dispositivos ou redes de computadores. O termo "malware" é uma abreviação de "software malicioso" e engloba uma variedade de programas desenvolvidos com a intenção de causar danos, roubar informações ou realizar outras atividades maliciosas.

Com relação aos malwares, analise as seguintes afirmações:

- I. O ILOVEYOU foi um malware que se disfarçava como uma mensagem de amor e, quando aberto, infectava o sistema da vítima, corrompendo arquivos e enviando cópias de si mesmo os contatos de e-mail da vítima.
- II. Keylogger é uma categoria de malware que rouba informações do usuário, gravando as teclas digitadas no computador das vítimas.
- III. WannaCry era um ransomware que criptografava os arquivos no disco rígido do PC, negando acesso a quaisquer dados do sistema. Em troca, a vítima era forçada a pagar um resgate via Bitcoin para descriptografar seus dados.

Estão CORRETAS as afirmações:

- A. II, apenas.
- B. I, II, apenas.
- C. II, III, apenas.
- D. I, III, apenas.
- E. I, II, III.

25. A computação na nuvem é um paradigma que revolucionou a forma como empresas, organizações e até mesmo indivíduos acessam, armazenam e gerenciam dados e recursos de computação. Analise as seguintes afirmações sobre características, vantagens e desvantagens da computação na nuvem:

- I. Uma desvantagem da computação na nuvem é a dificuldade para oferecer alta disponibilidade e

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

tolerância a falhas dada a elevada quantidade de usuários que precisam ser servidos.

- II. A computação na nuvem oferece escalabilidade, permitindo que as empresas rapidamente aumentem ou diminuam os recursos de computação contratados conforme necessário.
- III. Serviços de computação na nuvem são especialmente importantes para startups visto que elas não precisariam reservar grande parte de seu orçamento para adquirir e operar recursos de hardware.

Estão CORRETAS apenas as afirmações:

- A. I.
- B. II.
- C. III.
- D. I e II.
- E. II e III.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Sobre Orçamento Público, analise as alternativas e assinale a INCORRETA:

- A. É um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas. Na atualidade, o conceito está intimamente ligado à previsão das Receitas e à fixação das Despesas públicas. No Brasil, sua natureza jurídica é considerada como sendo de lei em sentido formal, apenas. Isso guarda relação com o caráter meramente autorizativo das despesas públicas ali previstas.
- B. O orçamento contém estimativa das receitas e autorização para realização de despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício que, no Brasil, coincide com o ano civil.
- C. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, trata do orçamento público e também coloca as etapas em destaque quando diz: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais.”
- D. Constitui um ramo da Ciência Econômica cujo objeto de estudo é a Política Fiscal ou Política Orçamentária num Estado de Economia Mista. Esta ciência estuda os efeitos da política fiscal, que inclui a Tributação, os Gastos Públicos e a Dívida Pública, nas atividades econômicas, bem como, os processos políticos pelos quais estas políticas são definidas.
- E. O Orçamento Público pode efetivamente garantir o planejamento estratégico, a programação de ações e a definição de metas de governança capazes de gerar o bem estar para a população com uma cidade de desenvolvimento controlado e crescimento ordenado.

27. Os Princípios Orçamentários são aquelas regras

fundamentais que funcionam como norteadoras da prática orçamentária. São um conjunto de premissas que devem ser observadas durante cada etapa da elaboração orçamentária.

Os Princípios Orçamentários Clássicos, são:

- I. Princípio da anualidade.
- II. Princípio da clareza.
- III. Princípio do equilíbrio.
- IV. Princípio da exclusividade.
- V. Princípio da legalidade.

Estão CORRETOS:

- A. I, II, III, IV, V.
- B. I, II, III, IV, apenas.
- C. III, IV, V, apenas.
- D. I, II, III, apenas.
- E. II, IV, V, apenas.

28. A LOA - Lei orçamentária Anual Prevê as receitas e fixa as despesas do governo federal para o ano seguinte, indicando quanto será aplicado em cada área e de onde virão os recursos. Entre outros itens, a LOA:

Assinale a alternativa INCORRETA:

- A. Projeta parâmetros macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), a inflação e a taxa de juros.
- B. Prevê a arrecadação do governo com tributos e outras fontes de recursos.
- C. Define metas para a política fiscal - medidas que o governo toma para equilibrar suas despesas e receitas.
- D. Define os valores que a União poderá usar para investimentos e financiamentos, por área.
- E. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada.

29. Todo recurso público possui uma classificação contábil, que é definida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vinculada ao Ministério da Fazenda. De acordo com a STN, há dois tipos de despesas: custeio e capital.

São despesas de custeio, EXCETO:

- A. Aparelho esportivo.
- B. Material de Expediente.
- C. Bússola.
- D. Cafeteira

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

E. Coleção bibliográfica.

30. Sobre termos orçamentários, analise as alternativas e assinale a INCORRETA:

A. Termo: Crédito Adicional - Instrumento de ajuste orçamentário para autorização de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária.

B. Termo: Regra de Ouro - Gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

C. Restos a pagar - Despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

D. Exercício Financeiro - Período em que deve vigorar ou ser executada a lei orçamentária. No Brasil, coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro.

E. Princípio da Anualidade Orçamentária - Princípio orçamentário que estabelece que as autorizações de despesa valem para um período limitado, nos seguintes termos: para a LOA, é o exercício financeiro; para os créditos adicionais abertos, é até o final do exercício financeiro; e para os créditos reabertos, é até o final do exercício financeiro de reabertura.

31. De acordo com o art. 2º da Lei Complementar 1nº 01/2020 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

A. Ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.

B. Empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

C. Empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

D. Despesa é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade.

E. Receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos.

32. De acordo com o Art. 19. Lei Complementar 1nº 01/2020 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a

despesa total com pessoal, em cada período de apuração em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: União: 50% (cinquenta por cento); Estados: 60% (sessenta por cento); Municípios: 60% (sessenta por cento).

Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I. De indenização por demissão de servidores ou empregados.

II. Relativas a incentivos à demissão voluntária.

III. Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição.

IV. Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18.

V. Com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19.

Assinale a alternativa CORRETA:

A. I, IV, V, apenas.

B. I, II, III, IV, apenas.

C. III, IV, V, apenas.

D. I, II, IV, V, apenas.

E. I, II, III, IV, V.

33. Com base no Parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, *O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos, EXCETO:*

A. Caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso.

B. Razão da escolha do fornecedor ou executante.

C. Justificativa do preço.

D. Parâmetro de preço.

E. Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

34. Com base no Parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I. Habilitação jurídica.

II. Qualificação técnica.

III. Documentos complementares

IV. Qualificação econômico-financeira.

V. Regularidade fiscal e trabalhista.

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES  
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023

VI. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999).

Estão CORRETOS:

- A. I, II, III, IV, V, apenas.
- B. I, II, III, VI, apenas.
- C. I, II, V, VI, apenas.
- D. I, II, III, IV, V, VI.
- E. I, II, IV, V, VI, apenas.

35. O PIB per capita é um indicador econômico cujo objetivo é utilizar o PIB total de um país (ou estado e cidade) para determinar o grau de riqueza de sua população. Apesar de amplamente utilizado, este método desconsidera desigualdade social e concentração de renda, o que o torna relativamente falho.

No município de Pilões, em 2020, foi de:

- A. PIB per capita [2020] - R\$14.918,87.
- B. PIB per capita [2020] - R\$13.618,87.
- C. PIB per capita [2020] - R\$12.818,87.
- D. PIB per capita [2020] - R\$15.920,87.
- E. PIB per capita [2020] - R\$15.718,87.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/piloes/panorama>

36. Com base no art. 11 da Lei 8. 429/92, Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas, entre outras, EXCETO:

- A. Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado
- B. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- C. Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- D. Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- E. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.

37. Com base no art. 17 -B da Lei 8. 429/92, O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:

- I. O integral ressarcimento do dano.
- II. O parcial ressarcimento do dano.
- III. A reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

Está(ão) CORRETO(S):

- A. I, III, apenas.
- B. III, apenas.
- C. II, III, apenas.
- D. I, apenas.
- E. I, II, III.

38. Com base no art. 17 -C da Lei 8. 429/92, A sentença proferida nos processos a que se refere esta Lei deverá, além de observar o disposto no (Código de Processo Civil), EXCETO:

- A. Indicar de modo preciso os fundamentos que demonstram os elementos a que se referem os arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, que não podem ser presumidos.
- B. Considerar as consequências práticas da decisão, sempre que decidir com base em valores jurídicos abstratos.
- C. Considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados e das circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
- D. Considerar na aplicação das sanções a dosimetria das sanções relativas ao mesmo fato já aplicadas ao agente.
- E. Considerar, para a aplicação das sanções, de forma isolada ou cumulativa.

39. Com base no art. 9º da Lei 8. 429/92, Integrarão a tomada ou prestação de contas, inclusive a tomada de contas especial, dentre outros elementos estabelecidos no Regimento Interno, o (s) seguinte (s):

- A. Relatório de gestão.
- B. Relatório do tomador de contas, quando couber.
- C. Relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas.
- D. Plano de Contas.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES**  
**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS – EDITAL Nº 001/2023**

- E. Pronunciamento do Ministro de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, na forma do art. 52 desta Lei.
- 40.** De acordo com o Edital n 01/2023 – Concurso Pilões, São Atribuições do Cargo Técnico Contabilidade, EXCETO:
- A. Auxiliar na organização dos serviços de contabilidade, envolvendo o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário.
  - B. Coordenar a elaboração das propostas do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias dos Orçamentos Anuais.
  - C. Promover a conferência e classificação dos movimentos.
  - D. Auxiliar na organização dados para a proposta orçamentária e apresentar a sua versão final a cada ano contendo todos os relatórios e anexos exigidos por lei.
  - E. Auxiliar na elaboração e divulgação na forma da Lei dos relatórios resumidos da execução orçamentária e gestão fiscal, exigidos pela legislação vigente
- .....